

## Sperotto defende liberação de mais verba para leilões

O presidente da Farsul, Carlos Sperotto, espera que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, traga à Expointer a notícia de mais recursos para a continuidade dos mecanismos de sustentação de preço para as culturas do trigo, milho e arroz. Conforme o dirigente, a preocupação maior é com o trigo, já que ainda existem 300 mil toneladas da safra passada para comercializar, o que equivale a estoque para seis meses, e a nova lavoura está plantada e será colhida a partir de outubro. “Há um desconforto grande porque, além das dificuldades normais, o produtor está sendo usado como depositário de mercadorias.”

O problema é que não há escoamento da produção, já que o agricultor é pressiona-

do pela oferta e os preços estão aviltados. O presidente exemplificou com o caso do milho. “Há um desequilíbrio total. Hoje, a saca de 60 quilos vale R\$ 15,00. Menos os R\$ 2,00 de armazenagem, o produtor recebe R\$ 13,00. A esse valor, é necessário colher 120 sacas por hectare para pagar o custeio, mas a produtividade média do Estado é de 70 sacas por hectare.”

Sperotto avaliou que o governo federal usa os agricultores brasileiros para promover uma socialização dos alimentos. “A safra foi uma das mais caras e não existe política de sustentação de preços.” O cenário deve resultar em menor produção na próxima safra, o que, inclusive, pode comprometer programas do governo federal, como o Fome Zero.



Presidente da Farsul espera que anúncio seja feito na Expointer

O dirigente criticou a necessidade de três ministérios aprovarem a liberação de recursos para novos leilões e a isenção do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante para o trigo importado. “Somos sobretaxados.”

### Lavoura menor

A relação entre o preço do

milho e da soja deve ocasionar forte redução nos milhais cultivados no Rio Grande do Sul. Sperotto arriscou projeção de diminuição de 50% na área semeada com milho. Na safra passada, foram cultivados 1,3 milhão de hectares no Estado. Ele alegou que, com o preço atual do

milho, os agricultores não conseguem fazer frente aos custos, o que leva à desmotivação.

O efeito da redução de área no milho será sentido na soja, que contará com o impacto do déficit hídrico para a cultura do arroz. Sperotto calculou que o plantio da oleaginosa, de 3,7 milhões de hectares no ciclo passado, possa aumentar em 2 milhões de hectares. “A soja é moeda de alto giro no mercado mundial e, como o produtor não tem a opção de deixar de plantar, pois vive da atividade, escolherá trocar de cultura.”

Para Sperotto, a menor produção de milho pode comprometer as cadeias de carne suína e de aves. “A alta competitividade dessas cadeias está lastreada no preço vil do milho. Um frango é 70% milho”, destacou o dirigente.

## Desmatamento zero

### Senadora Kátia Abreu\*

A produção de alimentos é expressamente proibida em 71% do território brasileiro, de acordo com o Código Florestal que está em vigor. É isso mesmo que você leu: pela letra da lei, sobra a fatia de 29% do País para as cidades, a infraestrutura e a produção. Você duvida? Vá à página da Embrapa na internet e clique no estudo do professor Evaristo Miranda. Confira os números.

Captados pelo olho do satélite, os dados são insuspeitos, embora pareçam inacreditáveis.

Ao manter uma legislação que transforma 71% do País em área de preservação, sem infraestrutura e sem capacidade de produção, o Brasil não estaria abrindo mão de sua maior vocação econômica? Tamanha restrição ao uso do território, regra que jamais foi adotada, aceita ou sequer cogitada por outros países, não irá dar marcha ré no nosso desenvolvimento e condenar à pobreza milhões de brasileiros? Conscientes da necessidade de

reafirmar nossos compromissos com a preservação ambiental e, ao mesmo tempo, com a produção de alimentos, nós, produtores rurais, estamos propondo ao país um debate sério e responsável sobre o Código Florestal em vigor, assunto que consideramos questão de Estado. Para nós, do mesmo modo que é importante preservar o meio ambiente, é fundamental diminuir o número de pessoas que passam fome, aumentar e baratear a produção de alimentos, melhorar a infraestrutura e reduzir a pobreza.

No novo Código Florestal, consideramos indispensável estabelecer, no artigo primeiro, a proibição explícita e taxativa de derrubada florestal em toda a extensão territorial do País. Além do desmatamento zero, queremos incluir, como o segundo ponto da nova lei, a preservação e a eventual recomposição das matas ciliares (margens dos rios, córregos, nascentes e lagoas) nos limites fixados e sustentados pela pesquisa científica.

Para fazer justiça a quem preservou no passado, e seguirá preservando no futuro,

o terceiro ponto da proposta é a implantação dos serviços ambientais, modalidade de compensação financeira para produtores que deixam de explorar parte de suas propriedades. O quarto item é a regularização e legalização das atuais áreas de plantio de alimentos que ocupam 41% do território, enquanto 53% são áreas de preservação e 6% estão destinados para as cidades e a infraestrutura do País.

A consolidação da realidade que existe hoje é essencial para impedir que a maioria dos produtores rurais continue na ilegalidade e sob risco de criminalização. Fatos como o ocorrido no Pará, onde o Ministério Público Federal suspendeu a comercialização da carne bovina, alegando descumprimento das leis ambientais, podem se repetir em todos os estados, provocando prejuízos incalculáveis, não só ao setor primário, mas também à indústria e ao comércio, sem contar o impacto negativo nos níveis do emprego e no dia a dia dos consumidores.

Os quatro pontos do novo Código Florestal represen-

tam, com o País, um compromisso de honra da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade que reúne 27 federações estaduais, 2.142 sindicatos rurais e mais de um milhão de produtores sindicalizados.

Acreditamos que nosso papel de vanguarda na economia – representamos 24% do Produto Interno Bruto (PIB), empregamos 37% da força de trabalho e geramos 36% das exportações – nos permite reivindicar o reconhecimento como protagonistas desta discussão, relacionada diretamente à nossa atividade econômica.

O atual código não defende o meio ambiente, como deveria. No caso das Áreas de Preservação Permanente (APPs) das margens dos rios, por exemplo, que deveriam ter a largura determinada pelo declive e profundidade da cobertura arenosa ou argilosa do solo, prevalecem regras que nada têm a ver com o equilíbrio ecológico.

Feito há quatro décadas, o código passou por mudanças, mas não foram levadas em conta as sugestões do setor produ-

tivo, as pesquisas da Embrapa ou mesmo as circunstâncias da nossa história.

O Brasil sempre manteve elevado padrão de conservação ambiental. Nossa cobertura florestal nativa, que guarda a maior diversidade da terra, é a segunda maior do mundo. Nosso estoque de terras para plantio e criação soma 383 milhões de hectares, chão suficiente para dobrar ou triplicar a atual produção de alimentos, dispensando definitivamente novos desmatamentos.

No momento em que a comunidade internacional defende solidariedade e o fim da pobreza extrema, o Brasil é o único país que pode oferecer solução de fato para o flagelo da fome no mundo.

Com disponibilidade de recursos, podemos garantir os alimentos usando apenas a tecnologia existente e sem derrubar uma só árvore da floresta.

Acredito que em futuro muito próximo esta será, aliás, nossa mais grandiosa contribuição ao avanço social e humano do planeta.

\*Presidente da CNA